

GUERRA DAS ELITES CONTRA OS DIREITOS TRABALHISTAS E SOCIAIS

o Brasil, como em inúmeros países, vem sendo ampliada uma verdadeira guerra patrocinada pelas elites para colocar um freio nos avanços de leis trabalhistas e de políticas sociais que tentem nivelar a distribuição de renda de forma justa, com oportunidade de crescimento e de maior participação nas instâncias de decisão e de poder.



Escorados na mídia e na proliferação de propaganda excludente de direitos através de robôs que municiam as redes sociais, a população é instigada a se digladiar sobre ideias que parecem disputa ideológica, mas que representam, na prática, a defesa de um "status quo" para manter privilégios e concentração de renda. No Brasil, vemos isso na guerra fratricida de uma massa social em apuros, vivendo em condições sociais paupérrimas, mas que vem sendo manipulada como se torcesse por ideias de "direita" e de "esquerda", como se fosse uma disputa de um "Fla-Flu", sem mensurar as consequências do que está defendendo, sem perceber que todos, na mesma pobreza, são as principais vítimas das elites que os manipulam.

Os Sindicatos, que cumprem o papel de defesa dos direitos no trabalho, de condições justas para aposentadoria dos trabalhadores e ainda por políticas de responsabilidade social, são atacados como instrumentos "subversivos", de propagação do "comunismo", que sobrevivem no imaginário social com as acusações de uma guerra fria em nome de ter o comando dos meios de produção e de apropriação de toda a renda, a despeito de criar bolsões de miserabilidade.

Os instrumentos de defesa dos direitos dos trabalhadores vêm sendo atacados de forma feroz em nosso País desde os avanços da Constituição Cidadã de 1988, quando uma Assembleia Nacional Constituinte, "ampla e irrestrita", conseguiu avançar em direitos

sociais, inclusive na proteção da representação sindical.

A tática de acabar com os Sindicatos, acelerada nos últimos governos, conseguiu fazer as reformas trabalhista e previdenciária, que penalizam a sociedade e obrigam um trabalho até a velhice para se conseguir a aposentadoria, além de permitirem que as empresas demitam idosos com estabilidade em serviços públicos ou sejam declarados de baixo

desempenho em atividades privadas que exigiram esforço descomunal em uma longa vida no trabalho.

Estas questões nos obrigam a pensar na importância dos Sindicatos como os principais instrumentos nesta luta para assegurar a defesa dos direitos coletivos e de cada trabalhador individualmente no atendimento de causas trabalhistas e de qualquer tipo de segregação social. Torna-se urgente um esforço de conscientização da importância do trabalho do Sindicato, principalmente diante das condições impostas pelas reformas autoritárias nas leis trabalhistas e na flexibilização de direitos sociais que são tratados pelos patrões e pela elite como «encargos».

Os sindicatos, além da luta pelos direitos trabalhistas e previdenciários, se empenham em cobrar das empresas, dos governos e das instituições, políticas e gestões de responsabilidade social, como saúde, segurança, moradia, proteção ambiental, todas as condições necessárias para nivelar dentro da sociedade as oportunidades para um padrão de vida digno e sem privilégios.

Todos devemos ter a consciência clara de que "sem sindicatos não há direitos", porque não precisamos esperar pelas "bondades" dos patrões em nos conceder as condições justas de trabalho. Das instâncias político-governamentais e de representação no Congresso Nacional, só poderemos ter expectativa quando a sociedade for alfabetizada politicamente e aprender a votar em gente honesta e que defenda direitos socialmente justos.

Acompanhe mais informações em nosso site www.sindagua.com.br ou pelas redes sociais:













